

MAISON ECO S.A**CGC/MF: 00.889.852/0001-81****ATA DA SEGUNDA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

No 1º dia de dezembro de 1995, às 10 horas, na sede social, sita em Curitiba - PR, à Rua Gonçalves Dias, 207, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, reuniram-se as seguintes pessoas acionistas da MAISON ECO S.A., representando a totalidade do seu Capital Social: **CASA Construção Industrializada Ltda.**, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob nº 77.057.925/0001-01, representada, neste ato, por seus Diretores, **Sr. Moyses Bromfman**, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Curitiba à Rua Carneiro Lobo, 589 apto 701, portador da carteira de identidade nº 85.953 - PR e CPF nº 000.149.409-06 e **Sr. Sérgio Frischmann Bromfman**, brasileiro, separado judicialmente, residente e domiciliado em Curitiba - PR, à Rua Carneiro Lobo, 649 apto. 1801, portador da carteira de identidade nº 448.524- PR e CPF nº 165.139.759-72, presentes também os Senhores acionistas: **Moyses Bromfman**, acima qualificado; **Sérgio Frischmann Bromfman**, acima qualificado; **Sérgio Antonio Dietrich Guarita**, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado em Curitiba - PR, à Rua. Visconde de Guarapuava, 4487 apto 16, portador da Carteira de identidade nº 12.260.777-SP e CPF nº 088.934.119-20 e **Carlos Rogério Gonçalves**, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado em Curitiba - PR, na Av. João Gualberto, 1287 apto 111, portador da carteira de identidade nº 785.760 -PR e CPF nº 233.509.979-53. Para presidir a Assembléia foi eleito, por unanimidade, o Sr. Moyses Bromfman, que aceitando a incumbência, convidou a mim, Sérgio Antonio Dietrich Guarita, para secretariá-lo, no que aceitei, assim se constituindo a mesa e dando-se início aos trabalhos. **Ordem do Dia:** a) re-ratificação das deliberações da Assembléia Geral Extraordinária da Sociedade, realizada em 02 de outubro de 1995, alterando algumas de suas características originais quanto a emissão de debêntures; b) aprovação de um representante dos debenturistas para acompanhar o cronograma físico das obras do Edifício Maison Ecoville; c) deliberar sobre a participação de um representante dos debenturistas como membro do Conselho de Administração da Sociedade; d) aprovar a criação de um comitê de investimentos para acompanhar, sugerir e indicar as melhores alternativas de investimentos do excedente de caixa da Sociedade; e) dar competência para o Conselho de Administração deliberar, se necessário, as condições da presente emissão das debêntures, no que tratam os incisos VI a VII do artigo 59 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976; f) outros assuntos relacionados com a Ordem do Dia.

Iniciando os trabalhos, o Sr. Presidente pôs em votação a Ordem do Dia tendo sido aprovada na sua totalidade, por todos os sócios que compõem integralmente o capital social da Sociedade, os seguintes itens:

a.1.) ratificar as deliberações tomadas na Assembléia Geral Extraordinária de Constituição da Sociedade Maison Eco S.A., arquivada na Junta Comercial do Estado do Paraná sob nº 413.000.140.19 de 26 de outubro de 1995, retificando os itens das Características das Debêntures a serem emitidas, a saber:

- 1) **Valor da Emissão:** o valor da emissão será de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), em 01 de dezembro de 1995, data da realização da segunda Assembléia Geral Extraordinária que re-ratificou a presente emissão.
- 3) **Séries:** A emissão será realizada em 2 (duas) séries, para subscrição e integralização na forma abaixo estabelecida:
 - 3.a) A 1ª (primeira) série, deverá ser subscrita e integralizada no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir de 01 de dezembro de 1995.
 - 3.b) A 2ª série, deverá ser integralizada decorridos até 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data da integralização das debêntures representativas da 1ª (primeira) série.
- 4) **Valor Nominal Unitário:** as duas séries das debêntures, desta emissão, terão o valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), em 01 de dezembro de 1995.
- 5) **Espécie:** garantia flutuante e garantia fidejussória da CASA - Construção Industrializada Ltda.
- 8) **Data da Emissão:** para todos efeitos legais, a data da emissão, para as duas séries das debêntures, será o dia 01 de dezembro de 1995.
- 9) **Data de Vencimento:**
 - 9.a) Para a 1ª (primeira) série: vencerá no prazo de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da data da emissão, estabelecida no item 8.
 - 9.b) Para a 2ª (segunda) série: vencerá no prazo de 30 (trinta) meses, contados a partir da data da integralização da 2ª (segunda) série.
 - 9.c) O vencimento, portanto, das duas séries deverá ocorrer em 01 de dezembro de 1998.
- 12) **Preço de Subscrição e Integralização:** para ambas as séries, o preço de subscrição e integralização das debêntures, será estabelecida da seguinte forma:
 - 12.a) O preço da subscrição e integralização será sempre à vista.
 - 12.b) Os subscritores das debêntures da 1ª (primeira) série, deverão subscrever em idêntica proporção as debêntures da 2ª (segunda) série, integralizando-as conforme as datas previstas no item 3.
 - 12.c) Para as debêntures da 1ª (primeira) e 2ª (segunda) séries, o preço unitário, para subscrição e integralização, deverá ter o seu valor nominal, fixado em R\$ 10.000,00 (dez mil reais), remunerado na forma prevista no item 13, acrescido de juros remuneratórios conforme estabelecido no item 14, calculados a partir de 01 de dezembro de 1995 até a data da subscrição e integralização das respectivas séries.

13) Base de Remuneração: a base de remuneração das debêntures, será a Taxa ANBID, informada pela Associação Nacional de Bancos de Investimento e Desenvolvimento, aplicada ao valor nominal, a partir da data estabelecida no item 4, para fins de cálculo do valor pecuniário de qualquer obrigação decorrente desta emissão, inclusive para efeito do pagamento das debêntures por ocasião da aquisição facultativa, do vencimento antecipado ou vencimento das debêntures

13.a) A apuração do montante das obrigações que se devam liquidar em datas intermediárias, ou seja, cujo vencimento não ocorra no primeiro dia de cada mês, será efetuada mediante a aplicação da Taxa ANBID do dia.

13.b) Na hipótese de extinção da Taxa ANBID, ou pela superveniência de normas legais ou regulamentares, esta não poder ser utilizada nas emissões de debêntures, ou ainda, caso se alterem os critérios de sua aplicabilidade nas aludidas emissões, as novas regras ou alterações nos critérios de aplicação serão automaticamente aplicáveis à emissão que ora se trata.

14) Juros Remuneratórios: as debêntures perceberão juros remuneratórios de 1% (um por cento) ao ano, a partir da data da emissão estabelecida no item 8, computados na base de 360 (trezentos e sessenta) dias, incidentes sobre o seu valor nominal remunerado, pagos anualmente, sempre no primeiro dia útil após o término dos 12 (doze) meses.

A EMISSORA pagará pro-rata-temporis os juros devidos até o dia do efetivo pagamento, nas hipóteses de aquisições facultativas ou vencimento antecipado.

14.a). Os pagamentos referentes ao principal, rendimentos e prêmios, se houver, a que fizerem jus as debêntures, serão efetuados pela EMISSORA em local previamente estabelecido, inclusive em estabelecimento(s) de Instituição(ões) Financeira(s) contratada(s) para tal fim.

14.b). Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o primeiro dia útil subsequente, se essa data coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário, sem nenhum acréscimo a qualquer título, dos valores a serem pagos.

15) Prêmio: no vencimento das debêntures, isto é no 36º (trigésimo sexto) mês contados a partir de 01 de dezembro de 1995, os debenturistas farão jus a um prêmio na seguinte forma:

15.a) a EMISSORA levantará no 36º (trigésimo sexto) mês um balanço geral devidamente auditado pela empresa DIRECTA AUDITORES S/C LTDA, onde será apurado o resultado líquido do empreendimento do Edifício Maison Ecoville, que compreenderá um período, que vai da constituição da Sociedade EMISSORA até a data do vencimento das debêntures.



15.b) Dos lucros remanescentes, apurados através das demonstrações contábeis levantadas na data estabelecida no sub-item 15.a., já contempladas as deduções estatutárias e auditadas por auditoria externa, contratada, aos debenturistas serão destinados 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido acumulado da Sociedade EMISSORA, até aquela data.

15.c) Nesta ocasião, no 36º (trigésimo sexto) mês, será feito um comparativo entre a curva de variação acumulada da remuneração da taxa ANBID mais um "spread" de 1% (um por cento) ao ano acumulado de 01 de dezembro de 1995 até a data do vencimento das debêntures, com o resultado apurado no estabelecido no item 15.b. Caso o lucro apurado do balanço geral seja superior a curva da variação acumulada da remuneração e taxa ANBID mais 1% (um por cento) de "spread" ao ano a EMISSORA pagará um prêmio sobre esta diferença apurada, no prazo de 2 (dois) dias úteis após o recebimento do parecer dos Auditores Independentes.

15.d) Havendo impossibilidade do cumprimento dos prazos, estabelecidos nos sub-itens 15.c, a Sociedade EMISSORA deverá pagar juros de mora de acordo com o estabelecido no item 17, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, calculados desde a data do vencimento do prêmio até a data da regularização desta obrigação.

a.2.) retificar as cláusulas do Instrumento Particular da Escritura de Emissão de Debêntures Simples da Maison Eco S.A. registrada em 16 de novembro de 1995 na 6ª Circunscrição de registro de Imóveis de Curitiba sob nº 2961, a saber:

I - DA AUTORIZAÇÃO

A presente Escritura é celebrada com base na autorização deliberada na Assembleia Geral Extraordinária da EMISSORA, realizada em 02 de outubro de 1995 e Re-Ratificada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01 de dezembro de 1995.

II - DOS REQUISITOS

A emissão das debêntures simples será feita com observância dos seguintes requisitos:

1. REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

A emissão encontra-se, na presente data, em processo de registro na COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, doravante denominada COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, na forma das Leis nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976 e 6.404 de 15 de dezembro de 1976, e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.



2. ARQUIVAMENTO DAS ATAS DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS EXTRAORDINÁRIAS

A ata da Assembléia Geral Extraordinária que constituiu a EMISSORA e deliberou sobre a emissão das debêntures, foi arquivada na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob nº 413.000.140.19 de 26 de outubro de 1995, e outra Assembléia Geral Extraordinária Re-Ratificadora desta, realizada em 01 de dezembro de 1995, que será arquivada na Junta Comercial do Estado do Paraná.

3. REGISTRO DA ESCRITURA

A Escritura de Emissão, foi registrada no Cartório de Registro de Imóveis do lugar da sede da EMISSORA, na 6ª Circunscrição do Registro de Imóveis sob nº 2961 em 16 de novembro de 1995 e esta Re-Ratificação, será registrada neste mesmo Cartório de Registro de Imóveis.

IV - DO TÍTULO E SUA EMISSÃO

Nesta cláusula, referente ao título e sua emissão, foi aprovada a retificação em idêntica forma da aprovada anteriormente, inclusive na sequência numérica dos itens, correspondentes as características das debêntures, passando, também a constar no Instrumento Particular de 1ª Re-Ratificação da Escritura de Emissão de Debêntures Simples da Sociedade.

VIII - DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

1. Os titulares das debêntures de que trata esta Escritura poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembléia Especial a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas;
2. A Assembléia dos Debenturistas poderá ser convocada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, pela EMISSORA, por DEBENTURISTAS que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das debêntures em circulação ou pela COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS.
3. Aplica-se à Assembléia de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei no 6. 404 de 15 dezembro de 1976, para a Assembléia Geral de Acionistas;
4. A Assembléia se instalará em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem metade, no mínimo, das debêntures em circulação e, em segunda convocação com qualquer número. A presidência da Assembléia caberá ao debenturista que for eleito pelos presentes ou aquele que for designado pela COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS;
5. Na hipótese da Assembléia não ter sido convocada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, o mesmo deverá comparecer e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas;

6. Nas deliberações da Assembléia, cada debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, debenturistas ou não;
 7. Quaisquer modificações nas condições das debêntures, objeto da presente Escritura, dependerão da aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, metade das debêntures em circulação;
 8. Para efeito da constituição do "quorúm" a que se refere esta cláusula, serão excluídas do número de debêntures, as pertencentes à EMISSORA.
 9. A Assembléia dos Debenturistas poderá designar um representante seu. Engenheiro ou pessoa especializada no segmento de construção civil, para acompanhar o cronograma físico das obras do Edifício Maison Ecoville, no período de sua construção.
 10. A Assembléia dos Debenturistas poderá indicar um representante seu para atuar como membro do Conselho de Administração da Sociedade EMISSORA.
 11. A Assembléia dos Debenturistas poderá criar um comitê de investimentos que atuará de forma consultiva, tendo as seguintes atribuições:
 - 11.a. acompanhar, sugerir e indicar as melhores alternativas de investimentos dos excedentes de caixa, quando houver, da Sociedade EMISSORA, no propósito de maximizar os resultados do negócio imobiliário.
 - 11.b. esta participação não poderá ser invocada como gestão de caixa da EMISSORA, pois cabe a esta exclusivamente a administração dos recursos para fazer frente ao cronograma físico e financeiro da obra.
- Sendo que as demais cláusulas originais do Instrumento supra mantêm-se inalteradas.
- b.) aprovado por unanimidade a indicação de um representante dos debenturistas, a ser indicado por estes, a fim de acompanhar o cronograma físico da obra do Edifício Maison Ecoville
 - c.) aprovado por unanimidade a participação de um representante dos debenturistas como membro do Conselho de Administração da Sociedade.
 - d.) aprovado por unanimidade a criação de um comitê de investimentos para acompanhar, sugerir e indicar as melhores alternativas de investimentos dos excedentes de caixa, quando houver, da Sociedade Emissora.
 - e.) dar competência para o Conselho de Administração deliberar, se necessário, as condições da presente emissão das debêntures, no que tratam os incisos VI a VII do artigo 59 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976.



Como todos atos foram aprovados e autorizados por unanimidade pelos presentes, finalizando os trabalhos, o Sr. Presidente ofereceu a palavra aos presentes para tratarem de assuntos de interesse social, e, como ninguém se manifestou, o Sr. Presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente Ata.

Reabertos os trabalhos, esta Ata foi lida e, de forma unânime, aprovada e assinada pelos presentes, que autorizaram sua publicação sem as suas assinaturas, conforme Artigo 130, Parágrafo Segundo da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976. Na qualidade de Presidente e Secretário da Assembléia, declaramos que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no livro próprio, Curitiba 1 de dezembro de 1995. (a) Sérgio Antonio Dietrich Guarita - Secretário

Visto: Izabel Mascarenhas C. Gutierrez
OAB nº 9880 - PR

75 TABELINHO - DR. ANGELO VOLPI NETO
CURITIBA - PARANÁ

RECONHEÇO e não sei por SEMELHANÇA (s) a(s) FIRMAS (s) de
100817/4-IZABEL MASCARENHAS CERCAL.....
GUTIERREZ.....

EM TESTEMUNHO..... DA VERDADE
CURITIBA, 04 de dezembro de 1995

10- MARIA FLORES RODRIGUES
FEL. 100817/4-10

SÉRGIO ANTONIO DIETRICH GUARITA
SECRETÁRIO

NOTA - 99 Tabelionato

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) indicadas de:
SÉRGIO ANTONIO DIETRICH GUARITA
- nada mais -

Curitiba, 04 de Dezembro de 1995

Em Testemunho

da Veracidade Rolando
JULIA ENTRADO